

Conversa Inadimplente

As dificuldades que o governo, à frente o Banco Central, vem encontrando para enquadrar os grandes estados devedores no programa de austeridade fiscal — que é a pedra de toque do Plano Real — são exemplos de como é difícil motivar os políticos na campanha contra a inflação.

O governo federal se condenará a enorme desgate se os governadores (e os prefeitos) não compartilhar do esforço de saneamento das finanças públicas. A inflação brasileira é essencialmente um fenômeno de origem fiscal (as instâncias de governo gastam mais do que arrecadam), amplificado pelo processo de indexação.

Nos últimos quinze anos, o governo central engajou-se em vários planos de ajuste das finanças públicas. Entretanto, como o ajuste foi assimétrico — a União, incluindo a maioria das suas empresas, fez a sua parte mas estados e municípios continuaram gastando desbragadamente, sobretudo após a reforma tributária de 88. Ocorreu enorme, e desnecessário, desgate para toda a sociedade.

A falta de política fiscal capaz de gerar superávits do setor público como um todo levaram o Estado a avançar sobre a poupança privada. As consequências são conhecidas: as empresas tiveram que reduzir a produção, devido à recessão e aos altos juros, e milhões de trabalhadores perderam empregos e tiveram perdas salariais, em função da longa estagflação (inflação agravada pela recessão). Quanto mais rápido o setor público brasileiro entrar em sintonia no esforço pela austeridade fiscal, menor será o custo social do combate à inflação, pois os sacrifícios poderão ser abreviados.

A coincidência da eleição presidencial com a dos governadores parecia indicar que a compreensão política da gravidade da situação econômica do país (a despeito do sucesso do Plano Real em seu primeiro ano) seria mais fácil do que em ocasiões anteriores. Reforçava a esperança o fato de que Fernando

Henrique Cardoso assumiu a presidência com correligionários do PSDB ou aliados políticos à frente dos estados mais importantes da Federação.

Alguns governadores estão oferecendo extraordinária demonstração de que assimilaram o recado do eleitor, que preferiu a continuidade do Real (o avanço da estabilização econômica). Pode-se citar dois exemplos: o governador do Ceará, Tasso Jereissati (do PSDB), já se prontificou a privatizar o Banco do Estado do Ceará; o governador de Minas, Eduardo Azeredo, também do PSDB, está privatizando o secular Banco de Crédito Real de Minas Gerais, um dos dois bancos do estado.

São bons exemplos, mas insuficientes. Enquanto os governos estaduais continuarem com facilidades para cobrir os excessos de gastos através de empréstimos de seus bancos (que recorrem ao redesconto do Banco Central, vale dizer, à União e ao contribuinte) a sociedade não terá garantias sobre o sacrifício que lhe será exigido para o ajuste fiscal e a estabilização da economia. A garantia para isso é a extinção de todos os bancos estaduais. A redução drástica da inflação acabou com o *float* e deixou inviáveis essas instituições (inchadas de pessoal e atrasadas tecnologicamente).

O Banco Central tem razão de resistir à tentativa do governo de São Paulo para fugir ao enfrentamento da situação falimentar do Banespa (sob intervenção do BC, junto com o Banerj). Foi a própria inadimplência do governo paulista — que nas gestões Orestes Quercia e Luiz Antônio Fleury Filho gastou o que tinha e o que não tinha, inclusive abrindo mão de receita de ICMS para atrair indústrias, e recorrendo ao Banespa nas horas de emergência — que levou o banco para o buraco.

São Paulo não pode pretender que o Brasil avalize a irresponsabilidade fiscal dos seus governantes, exigindo que o país pague sua dívida.